

VI

Devemos notar muito bem o dualismo que observamos na economia brasileira, a saber de um lado o sistema colonial que nêle prevalece; doutro e esboçando-se no interior daquele sistema, novas formas econômicas que apontam na direção de um desenvolvimento diferente daquele que sempre tivemos no passado. Essa distinção é essencial para se ter um panorama adequado da economia brasileira e para nêle se orientar, pois doutro modo resulta a ilusão, tão freqüente na observação e interpretação de nossa economia, que podemos passar como que automática e espontâneamente de uma para outra linha de desenvolvimento; e mesmo que não há que preocupar-se com o assunto, uma vez que de qualquer maneira todos caminhos levam num mesmo sentido que não se procura caracterizar suficientemente e que se inclui indiferenciadamente na expressão vaga e indeterminada de "desenvolvimento."

Voltamos assim à questão da presumida unicidade do desenvolvimento que já consideramos em capítulo anterior. Essa concepção se afirma particularmente, como se viu, na Teoria do Desenvolvi-

Anteo → mento esboçada sobretudo pelos economistas da CEPAL para os países da América Latina. A noção de “desenvolvimento” aparece muitas vezes nos trabalhos desses economistas como simples efeito de uma difusão da técnica moderna, difusão essa que é tomada num sentido muito semelhante, e podemos dizer mesmo idêntico àquele que encontramos na Antropologia com relação à difusão cultural. É assim que Prébisch, depois de assinalar que a moderna técnica industrial “irrompe na Grã-Bretanha, espalha-se para o continente europeu ... alcança os Estados Unidos ... finalmente manifesta-se no Japão ...”, conclui que esse processo de difusão atinge agora os países periféricos do mundo moderno, e escreve: “Examinado de perto, verifica-se que o desenvolvimento econômico dos países que formam a periferia constitui uma nova fase de propagação universal dos novos métodos da técnica produtiva, ou melhor, no processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial”. (20) Esse decalque de métodos empregados pela Antropologia na reconstituição da história de povos primitivos (e que somente assim restritivamente empregados se justificam) não tem no domínio da interpretação de uma história econômica que é de ontem, razão de ser. E quando proposto como premissa de uma análise econômica de que se preten-

(20) *Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico.* Revista Brasileira de Economia, março de 1951, pg. 8.

dem tirar conclusões e soluções práticas, é de um simplismo elementar. O problema de países periféricos de nosso tipo não consiste simplesmente em serem atingidos pela “propagação da técnica moderna”, e adotarem em consequência essa técnica; e sim de *criarem as condições para isso*, o que é bem diferente. E sobretudo, colocarem essa técnica a serviço de um objetivo de antemão determinado; determinação essa que constitui o ponto mais complexo da questão. De altíssimo nível técnico são as refinarias de petróleo da Venezuela e do Oriente, mas nem por isso elas significam muita coisa para esses países e suas populações.

Além disso, atribuir o eventual progresso da técnica em países periféricos a um “progresso de desenvolvimento orgânico da economia mundial”, é jogar no mesmo saco as finanças de Wall Street, que constituem sem dúvida um dos mais salientes traços daquele “desenvolvimento orgânico da economia mundial”, e o esforço de libertação econômica dos países coloniais que pretende colocar aquele progresso da técnica a serviço de uma tal libertação.

Em suma e no essencial, o desenvolvimento de países como o nosso pode representar simplesmente, como aliás já se viu antes, um crescimento dentro dos mesmos moldes de sempre, e que nada trazem de substancialmente novo. O que se verificou no Brasil, durante um século e mais, no domínio da

economia cafeeira, é uma evidência disso. Não discuto aqui, por enquanto, a eventual preferência por êsse tipo de desenvolvimento. Mas sejamos claros, pelo menos, quanto à natureza dessa preferência; e ao escolhermos o futuro econômico do Brasil, saibamos precisamente em que consiste a nossa escolha.

Não se trata aqui de simples preciosismo teórico. Estamos a todo momento, na execução de nossa política econômica, em face de uma tal escolha: é importante pois, seja qual fôr o ponto-de-vista particular de cada um de nós, que conheçamos a alternativa que se apresenta e saibamos ao menos que ela existe e em que consiste. Sômente assim poderemos decidir-nos com pleno conhecimento de causa. Assim por exemplo, encontra-se na ordem do dia a questão da exploração de nossos minérios, sobretudo o de ferro do Itabirito (Minas Gerais) e o de manganês do Amapá. Para isso estão-se mobilizando recursos e esforços, aparelhando parques de extração, estradas de ferro, portos de embarque do minério. Tudo isso se faz sobretudo em função da exportação de tais minérios que nos trará, segundo se diz e é inegável, um suplemento de divisas de que o país tanto necessita. Constituirá isso para o Brasil um "desenvolvimento" e uma nova fonte de riqueza que se abre? Em certo sentido sim (logo veremos as restrições que se devem fazer a êsse enunciado excessivamente simples e esquemático da questão.) Mas é verdade também — e é

isso sobretudo que importa aqui notar — que em nada modifica substancialmente a nossa estrutura econômica, quando essa modificação é algo que se propõe em termos bem claros, como já se viu e se verá ainda melhor adiante. É disso que precisamos estar bem conscientes, tanto mais porque a solução que se escolheu para a questão dos minérios brasileiros pode resultar, e de fato resulta a meu ver em prejuízo daquela eventual modificação, seja embora, se outras razões não houvesse para isso, como há, pelo simples fato do desvio de recursos e esforços que poderiam ser aproveitados na realização de outra política.

Há casos em que as alternativas da política econômica em face do problema do desenvolvimento do país não se distinguem assim tão claramente, e parecem confundir-se numa única direção. Uma análise atenta mostra que isso não ocorre, e que há sempre dois pontos de vista diferentes que podem e devem ser discriminados, seja embora qual fôr depois o caminho preferido e escolhido — ponto êsse que me reservo para discutir mais adiante. É o que se dá com a indústria, em frente a cujo desenvolvimento se poderia julgar à primeira vista que pouco importa a natureza dela, seja embora um simples substituto de importações, como é em geral e fundamentalmente o caso da indústria brasileira. Essa é contudo apenas uma visão unilateral do assunto, que tem, é certo, sua justificação, uma vez que é graças àquela função de substituto de impor-

tações que a indústria manufatureira se estabeleceu e desenvolveu no Brasil. Mas além disso, podemos ver na indústria algo mais, considerando-a sobretudo e em primeiro lugar como ponto de partida para a organização e estruturação de um novo tipo de economia para o Brasil em conjunto. A distinção não é subtil, pois vai nela a que existe entre uma produção industrial desconexa, aleatória, oportunista e ditada unicamente pelo acaso de conjunturas cambiais eventualmente favoráveis, como se dá em regra com esta produção que hoje possuímos, e uma verdadeira estrutura industrial cujas partes se completam mutuamente e harmonizam num todo orgânico capaz de satisfazer as necessidades efetivas do país e da massa de sua população, não só no momento, mas projetando-se num futuro indefinido.

Para avaliarmos isso com o exemplo de um caso concreto, considere-se o que ocorre com a fabricação de automóveis que se pensa atualmente organizar no Brasil. As atenções estão fixas na idéia de produzir um artigo que não podemos mais importar na quantidade julgada necessária por nos faltarem divisas suficientes. Colocada nesses termos simplistas, a solução consistirá em instalar aqui um parque industrial automobilístico tanto quanto possível completo, e pô-lo a funcionar no mais breve prazo possível. Teremos então automóveis para atenderem, pelo menos momentaneamente, às nossas necessidades. Mas nada mais que

isso, porque uma tal indústria permanecerá isolada no organismo da economia nacional, como planta exótica transplantada para cá; pouco mais que as linhas de montagem que já possuímos. E com toda certeza suas perspectivas de desenvolvimento serão mínimas. Além disso, como a realização aqui, assim de chôfre, de uma produção complexa e altamente especializada de veículos motores está fora das possibilidades imediatas da iniciativa e recursos brasileiros, somos obrigados a apelar para as grandes empresas produtoras do estrangeiro, abrindo-lhes as portas para a instalação de subsidiárias — o que não irá por certo sem concessões, favores e privilégios cujo ônus não sabemos como repercutirá no futuro, mas que pela experiência que temos no assunto, podemos esperar muito grande. O mais grave contudo é que uma tal transplantação de empresas estrangeiras acentuará o isolamento, no organismo econômico brasileiro, de uma atividade que não representará efetivamente muito mais que uma extensão do aparelhamento de vendas das matrizes de tais empresas. O exemplo da maior parte das indústrias estrangeiras aqui instaladas, inclusive a montagem de veículos automotores, é disso uma prova. Sem contar que essas empresas entravarão, em mais esse caso, as eventuais iniciativas brasileiras do futuro.

Mas apesar disso, teríamos resolvido, pelo menos momentaneamente nosso premente problema atual de falta de automóveis; e é disso e só disso

que se cogita. Estamos no ponto-de-vista tradicional que a indústria não tem outro fim entre nós que dar soluções aos problemas criados pelo desequilíbrio de nossas contas externas. É de se perguntar contudo se isso não se fará em prejuízo de uma outra política, talvez menos imediatista e que prolongue nossa carência de automóveis; mas sob outro aspecto menos onerosa e mais segura e sólida na perspectiva futura de nossa economia. Não seria possível aqui desenvolver tal assunto que envolve questões técnicas e especializadas muito complexas. Lembrarei contudo alguns aspectos de ordem geral da questão, e que são inteiramente desconsiderados na solução acima apresentada e que parece no momento atual a preferida pelos orientadores da política econômica do país.

Em primeiro lugar, neste conceito tão amplo de “necessidade de veículos automotores”, confundem-se indiscriminadamente necessidades efetivas (sobretudo e especialmente de caminhões e veículos de transporte coletivo ou rústico adequados à maior parte e quase totalidade de nossas estradas), com outras de ordem secundária e mesmo suntuárias. E como são essas últimas que geralmente oferecem maior margem de lucro aos produtores, é muito possível que sejam as preferentemente atendidas por empresas do tipo que vimos acima; e elas serão por isso, com toda certeza, grandemente estimuladas, com evidente desperdício no plano geral

da economia do país e prejuízo dos interesses mais gerais.

Em segundo lugar, pareceria razoável, antes de se cogitar de automóveis 100% de fabricação nacional — como alardeia certa propaganda — levar em consideração o que já existe nesse setor de produção e reparação de veículos motores e suas partes, procurando-se impulsionar tais iniciativas, e partir delas para a progressiva estruturação de nossa futura indústria automobilística. Seguindo um tal caminho, talvez demorasse o dia em que contássemos com essas grandes empresas que admiramos nos Estados Unidos e na Europa e que desejaríamos ver transplantadas para o Brasil; talvez demorasse também o tão sonhado “automóvel 100% nacional” (o que, diga-se de passagem, é mais que duvidoso em qualquer esquema proposto); talvez ainda custássemos a realizar o equilíbrio entre a demanda e disponibilidade de automóveis. Mas iríamos organizando uma larga e sólida base que serviria não só de preparação de uma futura indústria automobilística entrosada organicamente na economia brasileira, mas também e sobretudo para assentarmos nela a nossa indústria mecânica em geral e que não seria restrita a um setor dela apenas. Com a vantagem ainda de se estimular com isso uma infinidade de outras atividades já existentes ou em esboço; e além disso, ir forjando para a economia brasileira um instrumento flexível e adaptável a todas as eventuais necessidades me-

cânicas do país no futuro; e não apenas um rígido aparelho produtor dêsse ou daquele tipo de automóveis.

Finalmente, aquilo que em geral não se leva em consideração, é que o problema da indústria automobilística não pode ser isolado da questão geral dos transportes. Antes de qualquer iniciativa de tamanho vulto como essa de instalar no Brasil uma indústria completa de automóveis, é preciso considerar a vantagem relativa de um reaparelhamento e extensão de outros meios de transporte, em particular as precaríssimas estradas de ferro do país. Lembremos que uma boa parte do desenvolvimento do transporte por veículos automotores se deve à tremenda deficiência de nossas ferrovias, inteiramente desleixadas em benefício hoje da construção de estradas de rodagem. Constituirá isso uma vantagem, e substituirá o automóvel, o caminhão e o ônibus, com eficiência, o transporte ferroviário? Haveria muito que dizer neste capítulo. Note-se que podemos fazer observações muito semelhantes com relação ao transporte urbano. Mas não vamos aqui embrenhar-nos em questões estranhas ou muito afastadas do nosso assunto. O meu objetivo, com o que foi dito, é apenas assinalar a grande distância que vai entre uma solução imediatista dentro de quadros tradicionais e conservadores que atenda à premência da demanda de automóveis cuja importação se fez difícil, e outras que tomem em consideração o conjunto da economia brasileira

e procurem traçar-lhe novas diretrizes de desenvolvimento fora daqueles quadros.

Onde todavia essa indiscriminação do tipo de desenvolvimento econômico aconselhável para o Brasil se faz mais flagrante, é na questão do capital estrangeiro. O afluxo dêsse capital é frequentemente aconselhado, e mesmo ardentemente solicitado, muitas vezes, porque se entende que êle constitui a solução melhor, mais rápida e fácil — para alguns mesmo, até a única possível — do nosso desenvolvimento econômico. Já vimos anteriormente em que consiste êsse “desenvolvimento”. Insistamos todavia no assunto, a fim de desfazer certas confusões que são freqüentes quando se fala daquele “capital”, em cujo conceito, inadvertidamente ou não, se misturam muitas vezes coisas bem distintas; a saber, a técnica estrangeira, o equipamento industrial ou outro (máquinas, etc. que precisamos trazer de fora), e finalmente a natureza específica do capital estrangeiro que se pretende trazer para cá.

Começemos por êste último ponto, em que se impõe uma distinção da maior importância, entre o capital *pertencente a estrangeiros e que se transfere para o Brasil, incorporando-se à economia do país*; e doutro lado o capital financeiro que se inverte aqui em empresas subsidiárias, *continuando organicamente ligado ao centro financeiro de que provém*. Quanto ao primeiro tipo, nada há que opor a êle, nem creio que haja oposição, pois

tal capital, fixando-se no Brasil, se faz tão nacional como os capitais originariamente brasileiros. Acontece todavia que não é esse capital que nos procura geralmente; pelo menos não em proporções apreciáveis; nem se trata dêle nas discussões em torno do assunto; e sim do outro, que é coisa bem diferente. É preciso lembrá-lo, a fim de não se iludir com certos argumentos evidentemente capciosos, como esse tão freqüente em que se apela para o exemplo do ocorrido nos Estados Unidos durante o século passado, para onde se deslocou uma grande massa de capitais europeus que muito contribuíram para incentivar o desenvolvimento daquele país. Esses capitais não eram todavia do tipo imperialista daqueles que hoje nos procuram, pois esse tipo nem existia naquele tempo.

Quanto à técnica estrangeira, é evidente que não podemos dispensá-la, dado o baixo nível de nossa cultura. Mas essa técnica não é representada pelo capital, nem se confunde com êle; e não há maiores dificuldades em recorrermos a técnicos estrangeiros que trabalhariam para a economia brasileira como hoje trabalham para os capitalistas de seus países. É questão de lhes oferecermos condições satisfatórias de trabalho e vida, para o que em muitos casos estamos muito melhor habilitados que seus países de origem. Que o diga o grande número de técnicos estrangeiros que encontramos no Brasil, e que continuam a nos chegar quando dêles precisamos, sem que para isso devamos apelar para

os capitalistas norte-americanos ou europeus que não trazem senão sua vontade de lucro — o que aliás se justifica plenamente, pois é para isso que são capitalistas.

No que diz respeito ao equipamento de que precisamos, esse também, e mais facilmente ainda, se encontra à disposição de quem desejar adquiri-lo; nós inclusive. Dispomos contudo de meios para isso? Essa questão é incabível no caso, porque prejudicial do próprio afluxo de capitais, uma vez que esses capitais, trazendo para cá seus equipamentos, não o fazem graciosamente, e temos que pagá-los sob forma de amortização que segundo a técnica contábil empregada nesses casos (pelos norte-americanos em particular), é de 20% anuais. Isso significa que pagamos em regra, no prazo de cinco anos, todo o equipamento que o capital estrangeiro nos traz; o que não quer dizer evidentemente que êle se torne nosso e se incorpore à economia brasileira: seu titular será sempre o capital estrangeiro, e continuaremos obrigados a remunerar esse capital com lucros, juros e outras formas de pagamento. É esse o preço que pagamos por aquilo que realmente nos traz o capital estrangeiro, e que vem a ser, afora a iniciativa e organização, a dilação de um pagamento que mais dia menos dia temos de efetuar: o do equipamento que êle instala no Brasil.

Com essa especificação da noção de "capital estrangeiro", podemos agora ver como freqüente-

mente se confundem na apreciação desse capital e da política de estímulo a essa aplicação, circunstâncias distintas que precisam ser separadas para se avaliar o tipo de “desenvolvimento” previsível com uma tal política. Destacado o que não pertence realmente ao capital financeiro e imperialista, e que não representa contribuição sua (ou não depende necessariamente dêle), voltamos às considerações anteriormente feitas onde se viu que êsse capital, qualquer que seja a forma sob que se apresenta e tipo de atividade em que se ocupa, constitui sempre um reforçamento do velho e tradicional sistema colonial da economia brasileira. O eventual “desenvolvimento” que pode trazer, será pois dentro desse sistema e pautado por suas normas. Exclui-se com isso a eventualidade da modificação do sistema; e escolhendo-se aquela política de inversão do capital financeiro no Brasil, estar-se-á optando, expressamente ou não, pouco importa porque o resultado prático é o mesmo, por um tipo específico de evolução econômica em prejuízo de outro.

Com êsses exemplos que acabo de analisar, verifica-se como nas principais questões que se propõem (e nas demais é a mesma coisa), apresenta-se sempre a alternativa de direções diferentes a serem seguidas pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Confirma-se assim a minha análise anterior que pretendeu justamente esclarecer que estamos em face de duas perspectivas que se excluem, e

entre as quais devemos optar: ou o *statu-quo* e a perpetuação do sistema atualmente predominante na economia brasileira, ou a renovação e transformação desse sistema. O primeiro passo para se ver claro em nossa economia e poder escolher a política a ser seguida com pleno conhecimento de causa e em frente a cada problema concreto que se apresente, consiste precisamente na compreensão daquele dualismo que comanda nos dias de hoje a vida econômica do país e ao qual não nos podemos furtar. É tanto mais importante convencer-se disso, que é sobretudo por falta de uma tal compreensão que as opiniões se embaralham e as discussões se desorientam, tornando impossível uma ação decisiva. As atenções se desviam dos pontos nevrálgicos e verdadeiramente significativos porque não se alcançam as raízes da questão onde se devem situar as decisões definitivas. Daí as hesitações, marchas e contramarchas que vêm caracterizando a política econômica do país, bem como essas meias soluções ou soluções de emergência que são geralmente piores que nada porque levam a situações cada vez mais difíceis e complexas. Em suma, o que se impõe é uma polarização de opiniões em torno da verdadeira questão pendente e que se apresenta à política econômica do Brasil: ou a conservação, ou a transformação do atual sistema colonial de nossa economia. Procurei até agora sobretudo definir aquela questão, mostrando como as

suas alternativas se excluem; passo agora a analisar as perspectivas que nelas se apresentam.

Reconhece-se hoje em geral a difícil situação criada pela dependência em que se encontra a economia brasileira com respeito aos produtos de sua exportação, o que constitui, como se viu, o traço essencial e característico do sistema econômico do país. Apesar disso, é na intensificação e valorização de nossas exportações que em regra se enxerga a solução de nossos problemas econômicos. Deixando de lado as eventuais e esporádicas divagações de nossa política econômica oficial, o fato é que a linha dominante dessa política tem sido e ainda é basicamente norteadada pela obsessão do comércio externo; e é em função disso que essencialmente se trata de solucionar tôdas as questões que se apresentam. Isso inclusive no que diz respeito à produção para o mercado interno, a da indústria em particular, que é sobretudo considerado como uma forma de economizar divisas. Até em nossa legislação isso é expresso, e vemos freqüentemente os próprios industriais defendem suas atividades com uma tal alegação. Ora já vimos como essa posição é um reflexo de contingências determinadas pelo nosso sistema colonial. É à sombra desse sistema, portanto, que em última instância se formam as opiniões e se determinam normas de ação, mesmo em assuntos onde à primeira vista êle parece ausente.

Isso se explica, porque não é possível ignorar os fatores que ainda predominam em nossa economia e essa situação de dependência em que nos encontramos com relação ao comércio externo. Essa situação é um fato que não pode deixar de ser levado em consideração, e qualquer que seja a política adotada, e mesmo que se cogite de transformar o atual sistema colonial, a questão da exportação deveria merecer uma atenção máxima. Mas há diferentes maneiras de encarar a situação atual. Ela pode ser considerada em si e como um fim e objetivo essencial e último de nossa política econômica; uma constante fundamental e irremovível da economia brasileira. Mas pode também, por outro lado, ser vista como uma contingência apenas que herdamos do passado e em que precisamos nos apoiar, mas como um meio unicamente para tomarmos nova direção.

É a primeira alternativa que ainda predomina entre nós, seja na resultante principal da flutuante política oficial, seja no consenso mais generalizado das opiniões de maior influência nos dias que correm. Ela se apresenta muitas vezes confusamente, e mesmo contestada no terreno da teoria; mas faz-se geralmente imperativa nos momentos de decisão. Em suma, é a linha conservadora que domina em nossa política e ideologia econômicas e é por ela que se pautam as normas fundamentais por que se orienta o país. No entretanto, que perspectivas nos oferece a exportação de produtos primá-

Exportação

rios — pois é disso que em suma se trata? Considerarei já incidentemente certos aspectos particulares dessa questão, quando me referi à produção cafeeira. Vejamo-la com mais generalidade, observando as circunstâncias econômicas fundamentais em que se apresentam a produção primária e a comercialização desses produtos. O que desde logo chama a atenção é a relativa inferioridade comercial da produção primária. Trata-se de velho assunto, já muito e amplamente debatido, e de que darei apenas as linhas mais gerais. Em primeiro lugar, o valor dos produtos primários é relativamente reduzido, quando comparado com o das manufaturas, porque êle é determinado por um trabalho em regra de baixo padrão, isto é, de custo relativamente pequeno porque fornecido por trabalhadores de nível inferior, como é particularmente o caso nos países coloniais de onde provém o maior volume da produção primária. Não entrarei, porque seria muito longo, nas causas dessa inferioridade que se prende a fatores de ordem geral política e histórica que na perspectiva do mundo de hoje se podem considerar irremovíveis.

Além disso, a posição comercialmente desvantajosa da produção primária se deve indiretamente à desproporção do crescimento da produtividade nas atividades primárias (sobretudo dos países coloniais) e nas de transformação, com grande vantagem para essas últimas. Isso se deve fundamentalmente ao progresso da técnica que beneficiou

muito mais a produção de transformação. Nas condições ideais de uma fluidez perfeita dos fatores de produção, em que os preços de todos os produtos se mantivessem próximos de seu nível normal e correspondessem ao valor efetivo daqueles produtos, aquêlê progresso desigual da técnica não teria maior efeito, pois a concorrência se incumbiria de ajustar preços e valores. Não é isso todavia que ocorre. O aumento da produtividade nas indústrias de transformação não tem sido acompanhado de uma correspondente diminuição de preços. O que significa que as manufaturas se encontram superavaliadas, o que se traduz numa remuneração superior dos participantes da produção industrial, em particular dos empresários, mas também do trabalho, como é fácil observar comparando-se os salários na indústria e nas atividades primárias.

Essa situação decorre sobretudo de circunstâncias extra-econômicas (ou se preferirem, econômicas, mas de natureza específica), que entravando a fluidez dos fatores de produção, e oferecendo outros obstáculos ao livre jogo das concorrências comerciais, embaraçam o ajustamento normal de preços e valores. O principal daqueles obstáculos, e que nos interessa em particular, resulta do fato que a produção primária se distribui principalmente por países periféricos cuja inferioridade econômica e política já foi lembrada acima, enquanto as atividades de transformação se concentram nos países

que comandam as alavancas do comércio internacional e da política econômica mundial. Estes últimos países se encontram por isso em posição favorável para captarem em seu benefício a maior parte das vantagens oferecidas pelo progresso técnico sob a forma de preços relativamente inflacionados. Isso se exprime entre outros pelos índices da relação de trocas entre países industriais e de produção primária, a que já me referi noutro capítulo.

A situação desvantajosa dos produtos primários não se observa aliás sómente no intercâmbio entre países industriais e periféricos como o nosso. Mesmo no interior daqueles primeiros, embora menos acentuadamente, encontra-se a mesma coisa. Aí todavia as conseqüências disso não têm igual importância e significação, porque de um modo ou outro os produtores primários conseguem compensar-se, em parte pelo menos, com medidas administrativas como seja pela fixação de preços mínimos pelos quais o Governo adquire seus produtos, como se dá por exemplo nos Estados Unidos. Mas seja como fôr e quaisquer que sejam as causas disso, o fato é que os produtos primários encontram-se em situação desvantajosa; situação essa irremovível nas condições atuais do mundo capitalista, como prova sua permanência, continuidade e mesmo agravamento através do decurso do tempo. E sendo assim não pode haver perspectivas apreciáveis

para uma economia que se apoia essencialmente na produção primária.

Além disso, há a considerar as próprias oportunidades que oferece a produção para a exportação no Brasil. Não é preciso refutar aqui, mais uma vez, a lenda de nossas "fabulosas e inesgotáveis" riquezas naturais. De um modo geral, não somos um país geograficamente muito bem dotado, pelo menos nas circunstâncias do mundo moderno. Nesse sentido, já estivemos em posição melhor, quando produzindo açúcar nos podíamos situar muito bem no conjunto da economia mundial; e quando nos tornamos os maiores produtores de ouro e diamantes; ainda quando no caso do café dispunhamos de largas extensões de terras virgens. Depois disso contudo, a conjuntura mundial se voltou contra nós. Os artigos que alicerçaram originariamente a grandeza dos países líderes de nossos dias, e fundamentaram a economia da era industrial, a saber, o ferro e o carvão, ou são escassos e de má qualidade, como o segundo, ou como o primeiro situam geograficamente mal as suas fontes para um aproveitamento vantajoso na escala que se fazia necessária. Mais ou menos o mesmo se poderá dizer de outros minérios, com a exceção do petróleo. Mas como produto de exportação, o petróleo não oferece nada de favorável: haja vista seus maiores exportadores, a Pérsia, a Venezuela, o México.

No que diz respeito à agricultura, uma vez esgotadas, como de fato se esgotaram nossas melho-

res reservas de áreas aproveitáveis (seja pela qualidade do solo, seja pelas condições climáticas e situação geográfica), não há mais nenhuma perspectiva de largos horizontes como aqueles que se fariam necessários para nos assegurarem um progresso econômico apreciável como fornecedores de produtos primários. A restauração da agricultura brasileira (e é nesses termos que se coloca hoje a questão) é um problema complexo que exigirá árduos esforços e grandes recursos para chegar a bom termo. Nunca será possível compensar esses custos com vendas no exterior. Mesmo a cultura cafeeira alcançou um limite natural de desenvolvimento que dificilmente poderá ser superado, uma vez que as principais zonas pioneiras e últimas reservas de solos de que dispomos se encontram sobretudo em regiões como o Paraná cujas condições climáticas já são claramente desfavoráveis para o café. O máximo que podemos pretender nesse domínio é uma conservação do nível atual, e isso mesmo se se proceder à restauração da lavoura cafeeira nas zonas velhas. O nosso café suportará isso quando começarem a produzir em larga escala os solos virgens da África? Restariam para serem considerados os nossos produtos vegetais extrativos (a madeira, o mate, a borracha, coquilhos de babaçu, cêra de carnaúba ...) Não se poderá evidentemente tomá-los a sério no plano em que nos colocamos e perspectivas que se almejam.

Essa resenha, sumária embora, das nossas possibilidades no terreno da produção primária e dos horizontes que ela oferece já não digo para a expansão da economia brasileira, mas para uma simples conservação de valores e manutenção do nível material e tão baixo da população do país, uma tal resenha é suficiente para atenuar e contrabalançar o otimismo, sincero ou não, daqueles que pretendem deixar as coisas como estão, na esperança que algum dia, por obra de não sabemos que acaso, tudo se resolva satisfatoriamente. Mas ao invés dessa esperança aleatória parece-me impor-se uma conclusão mais concorde com os fatos, e é que a história do Brasil como exportador de produtos primários atingiu sua última etapa e se está celeremente encerrando. E se acima propus a alternativa de *conservar ou transformar*, já agora creio não haver exagêro na substituição do "conservar" por "perecer."

Mas transformar como? A proposição não é nova; ela já nem mais pertence unicamente a vozes isoladas, mas forma correntes de pensamento, inclusive em círculos que por outros lados são nitidamente conservadores. Entre outras manifestações de envergadura com tal caráter, lembrarei o amplo movimento esboçado em 1944 e liderado pelo industrial e economista Roberto C. Simonsen, movimento êsse que repercutiu fundamente nas esferas oficiais e em congressos de classes conservadoras, e que se propunha, sem restrições, uma reestrutura-

ção básica da economia brasileira. Não caberia aqui discutir essas e outras manifestações da mesma natureza, nem os fatores, sobretudo de ordem política, que nos últimos anos amorteceram ou desviaram tais impulsos renovadores de suas finalidades; e lembro-os unicamente para mostrar como a questão se propõe agudamente há muito tempo e já sob forma de programas concretos de ação. Não estou portanto no domínio da pura especulação teórica, nem muito menos fantasiando situações como pretexto para dissertações doutrinárias.

Consideremos êsses projetos reformadores e as idéias dominantes no assunto, observando particularmente, como é natural aqui, as suas implicações de teoria econômica. Eles se acentuam em dois pontos: de um lado, no desenvolvimento das forças produtivas e do aparelhamento material do país; no aumento em suma da produtividade, a ser conseguido através de um largo planejamento da economia brasileira; e doutro, na questão dos capitais necessários para realizar um esforço reconstrutivo, isso considerando a carência dêsses capitais no Brasil e a insuficiência, entre nós, do processo de capitalização. Em rigor, êsses dois pontos se conjugam e completam, uma vez que se poderia dizer que é através da solução dada ao segundo que se resolveria o primeiro. Na realidade todavia, êles são em geral propugnados por diferentes pessoas e correntes de opinião, acentuando-se umas no aspecto do planejamento, sem maior preocupação com o

Pontos do projeto reformador

doc do planejamento

doc do Combustível

processo de capitalização; outros, pelo contrário, insistem mais nesse processo. Entre os primeiros, encontramos o acima citado Roberto C. Simonsen, bem como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial que organizou o mais completo programa de planejamento já formulado no Brasil; programa êsse aprovado pelo Congresso Brasileiro da Indústria realizado em 1944. Lembremos ainda a Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis em 1945, onde o princípio do planejamento foi por unanimidade apoiado.

Doutro lado, aqueles que insistem mais (aliás muito dêles exclusivamente) no problema dos capitais e do processo de capitalização, encontra-se em primeiro lugar um grupo de economistas reunidos sobretudo em torno do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que se tem dedicado à análise técnica do assunto. O principal título contudo com que se apresenta aquela tendência (e é por isso que a trago para cá), é que ela reúne efetivamente o consenso de grande número de opiniões muito generalizadas entre nós que antepõem a qualquer programa de desenvolvimento econômico a questão da carência de capitais.

Essa diferença de orientação é maior do que se possa à primeira vista julgar — aliás, como já referi, parece mesmo não haver no caso divergência alguma, e pelo contrário, ambas as tendências se harmonizariam e completariam perfeitamente bem. Em todo caso, não pretendo aqui discutir o assun-

to que tem no momento um interesse secundário, e levaria a terreno estranho à matéria em foco. Tanto mais que as duas posições citadas se prendem no plano teórico, a uma mesma idéia dominante e fundamental que é a de acentuar, na solução do problema econômico brasileiro, o aspecto em particular da *produção* e da *produtividade*, em prejuízo de outro. No planejamento, o que se tem sobretudo em vista, e o que condiciona em geral o plano, são a produção, o aparelhamento técnico e a mobilização dos recursos naturais. Quando àqueles que insistem no processo de capitalização, é óbvio que suas preocupações estão essencialmente voltadas para os empreendimentos produtivos de que a capitalização seria uma preliminar. Evidentemente essas questões não podem ser excluídas de qualquer solução a ser dada, no momento atual, aos problemas brasileiros. As minhas reservas são relativas ao destaque que lhes é dado, sem a consideração que a meu ver deveria ser preliminar, ou pelo menos conjunta e no mesmo plano, da questão do consumo e do mercado. No caso brasileiro, e entre os dois pólos do mecanismo econômico, a produção e o consumo, a oferta e a procura, escolheria o segundo como ponto de partida e baliza do assunto.

Mas antes de considerar especificamente o caso brasileiro, não será fora de propósito lembrar que a própria teoria econômica no que tem hoje de mais autorizado e acatado, vem deslocando há muito tem-

po (quase vinte anos pelo menos) seu ponto-de-vista antes e tradicionalmente fixado de preferência no lado da *produção do valor*, para o do fim a que se destina, pelo menos em princípio essa produção, a saber o *consumo*. Durante um século e mais, ou seja praticamente da aurora da Economia Política, tal como a entendemos hoje, a teoria econômica ortodoxa se construiu na presunção da famosa lei atribuída ao francês Jean-Baptiste Say (e por isso conhecida por *lei de Say*, mas na realidade devida a James Mill) (21) segundo a qual “a produção cria o seu próprio mercado.” As repetidas crises do sistema capitalista, e finalmente a estagnação contemporânea às vezes interrompida por breves períodos de prosperidade (o inverso portanto do passado, quando a prosperidade era a regra, e a depressão, o eventual e transitório), isso obrigou os economistas burgueses a confiarem menos na lei de Say e no presumido automatismo do ajustamento entre produção e consumo; e voltarem suas atenções para o verdadeiro mecanismo desse ajustamento, ou antes desajustamento como a experiência tinha demonstrado. A chamada “revolução keyne-

(21) Eis a passagem de James Mill em que se encontra formulada a pseudolei de Say: “Não podem jamais faltar compradores para todas as mercadorias. Quem põe à venda uma mercadoria pede que lhe seja dada outra em troca, e é portanto comprador pelo mesmo fato que é vendedor. Compradores e vendedores de todas as mercadorias tomados em conjunto devem portanto, por uma necessidade metafísica (*metaphysical need*) se contrabalançarem. Se ha mais vendedores que compradores de uma mercadoria, é preciso que haja mais compradores que vendedores de outra mercadoria” (*Elements of Political Economy*, 3rd and revised edition, 1826)

siana", hoje consagrada, não vem a ser em última instância senão uma explicação e tentativa de correção daquele desajustamento. Uma explicação, e tentativa apenas, entre outras muitas que as precederam no campo da Economia burguesa; e cujo valor maior que as anteriores está somente no fato de se proporem num momento mais oportuno para o capitalismo, isto é, quando ele já não podia mais ostentar o otimismo do passado. Foi-lhe reconfortante uma explicação teórica e mais ou menos bem manipulada de suas crises e que não envolvesse expressamente a condenação do sistema que é o seu.

Mas seja como fôr, o que interessa para nós aqui é observar que a essência do keynesismo (como antes e paralelamente a ele já era da ação política de alguns estadistas práticos que procuravam por processos administrativos atenuar o efeito catastrófico das crises capitalistas) consiste em provocar o que pela lei de Say deveria resultar automaticamente da produção, isto é, o mercado para ela. Ora é precisamente isso que se propõe no Brasil, embora naturalmente em circunstâncias muito diferentes daquelas que inspiram a Economia Política dos grandes centros capitalistas do mundo atual; e por razões também diferentes. A que vêm então Keynes, seus antecessores e sucessores? Nisso que destruíram, ou contribuíram para destruir em certos setores, justiça lhes seja feita, preconceitos que embora ainda tenham sua força, acham-se bem abalados; e atuariam muito mais, não fôsse

aquêle desmentido da teoria oficial, embaraçando a solução de problemas que sem tais preconceitos se encaminharia muito mais facilmente.

Esse é o nosso caso. Embora as condições do Brasil sejam tão profundamente distintas daquelas para as quais teorizaram e medicaram os economistas da "revolução keynesiana", essa "revolução" é a autoridade que traz no seu bojo podem servir entre nós pelo menos para facilitar o deslocamento do ponto-de-vista de muitos economistas e orientadores da política econômica do país, da questão da produção para a do consumo; o que no Brasil, e nas condições atuais é particularmente importante, como logo veremos. É claro, segundo penso, que toda a recente teoria econômica de prevenção e terapêutica anticíclicas não tem e não pode ter projeção futura muito grande, porque em matéria de aprofundamento das contradições do sistema capitalista, ela não vai muito além do reconhecimento que tais contradições são mais profundas do que pensava a Economia Política clássica; e que o "livre jôgo dos fatores naturais" não é suficiente para corrigir os desajustamentos do sistema, como acreditavam os pais da Economia Política do século passado. Aquela teoria conserva-se por isso na superfície e exterioridade do mecanismo capitalista, e pensa corrigir seus desarranjos com simples malabarismos financeiros ou pouco mais que isso. É assim insuficiente, e improcede na prática: não resolverá as contradições do sistema capitalista,

que dentro desse sistema são insolúveis. Mas considerada generalizadamente, constituiu sem dúvida uma grande mudança de concepções, pois reconhece-se com ela afinal (embora naturalmente sem confessá-lo expressamente, e disfarçando com cuidado o fundo da questão) que a produção econômica não pode significar unicamente um processo para os titulares do capital se apropriarem do trabalho alheio sob a forma de lucros; e que em certos momentos pelo menos (até aí vão os "revolucionários" do keynesismo) é preciso restaurar a produção no seu verdadeiro papel que embora lhe seja aparentemente concedido pela Economia burguesa, de fato e no funcionamento real do sistema capitalista ocupa um lugar secundário e serve sobretudo de pretexto; a saber, *que a produção se destina a satisfazer necessidades humanas.*

Obtém-se com esse reconhecimento (ou obtém pelo menos aqueles que se aferram à tradição burguesa, porque para outros o caminho já se acha há muito desimpedido) uma base teórica sobre a qual é possível desenvolver uma nova Economia onde o consumo seja devidamente levado em conta. Isso não resolverá, como referi, as contradições do capitalismo e os problemas que se propõem naqueles países de grande desenvolvimento capitalista onde tais contradições chegaram ao auge. Mas no Brasil, país periférico do sistema e onde o capitalismo não é por enquanto senão função dessa posição marginal e complementar que ocupa, a questão se

liv. Keynes
&
orientação
do produto
p/ o
consumo
"incluindo"
social

apresenta diversamente. (Nós temos ainda, por assim dizer, que "construir" o nosso capitalismo); e é assim da maior oportunidade uma concepção que chama a atenção para uma das peças essenciais do sistema, o mercado, de que a Economia clássica nunca se preocupou devidamente porque era um dado implícito nas condições do Velho Mundo, e depois dos Estados Unidos por força do rumo que tomou lá a colonização; mas que no Brasil se apresenta em circunstâncias peculiares, isto é, não se integra com a produção num sistema de conjunto (no sentido da estruturação clássica do capitalismo), uma vez que a economia brasileira se organizou e dispôs suas forças produtivas não em função do consumo dos participantes nela, e sim na de um mercado estranho. Não é o consumo dos indivíduos engajados na produção que se faz o mercado dessa produção, e sim o consumo de outros indivíduos completamente estranhos àquela produção e largamente dela apartados. Mas não insistirei num ponto já abordado mais acima e que constitui a linha central de pensamento nesta tese.

A nova Economia vem assim ao encontro, de certa forma, das necessidades teóricas de uma Economia a ser elaborada para nossas condições, nossos fins e propósitos. Não no seu conteúdo, repito, que envolve fatos bem distintos daqueles com que devemos lidar; e sim no seu ponto de partida, bem como na prática essencial a que leva e a que em derradeira instância se reduz; a saber, a do estímulo

Quadrado do
"sistema"
Colonel

Produção
&
consumo no
Brasil

"Sistema
Colonel"

lo do consumo. Essa analogia contudo, como logo se vê, é muito superficial e insuficiente para permitir que nos inspiremos na nova Economia, atribuindo-lhe maior significação, para nosso caso, que um lembrete, sem dúvida útil para muitos, mas não mais que isso. Para elaborarmos a nossa Economia e orientarmos com ela uma política econômica que leve aos fins almejados, é preciso que observemos os ensinamentos de nossa história, como foi esboçado nos capítulos anteriores. E o primeiro daqueles ensinamentos é que no ponto de partida da própria existência de nossa economia se encontra o estímulo comercial como fator singular e decisivo. A rigor mesmo, esse estímulo foi o responsável pela própria eclosão da nacionalidade brasileira, pois é lícito afirmar que se o Brasil surgiu e se fez uma nação, é porque esse território que hoje o constitui se mostrou adequado à satisfação de uma demanda comercial.

Essas circunstâncias se perpetuam através de nossa história, e repetem-se nos diferentes ciclos econômicos nos quais e pelos quais se foi constituindo o Brasil. Isso se refletirá profundamente, como se viu anteriormente, na estrutura e natureza de nossa vida econômica. A atividade produtiva será estritamente condicionada pelo mercado, e uma função direta dele. Isso pode parecer um truismo, e de fato considerado teoricamente e sobretudo nos dias de hoje, assim é. Mas na prática a situação se apresenta diferentemente quando o

mercado é uma realidade sempre presente e com o qual não há que preocupar-se, ou pelo menos não há que preocupar-se essencialmente. É o que ocorreu na aurora do capitalismo, e até época relativamente próxima, salvo em situações muito particulares e temporárias que foram as crises periódicas (quando elas ainda tinham esse caráter esporádico.) Lembremos que o problema econômico da Europa, onde nasceu o capitalismo, sempre fôra o da produção; e até o advento da revolução industrial, determinava-se aquele problema pela carestia e carencia de produção capaz de satisfazer às necessidades da população européia. Cingia-se assim a questão à organização da produção. Aliás o capitalismo industrial moderno não exprimiu senão uma tal organização no plano a que a revolução industrial elevava a técnica da produção.

É uma situação bem diferente da do Brasil, onde a organização da produção foi sempre um problema subsidiário e secundário em que o país se podia louvar nos conhecimentos e experiência de outros povos. De qualquer modo, nunca foi a insuficiência da produção que propôs nossos principais e mais graves problemas, nem foi ela que determinou nossas maiores dificuldades. O importante para a economia brasileira sempre foi a questão do mercado, o que nos grandes centros capitalistas nunca se propôs em geral, e sobretudo nos primeiros tempos, de maneira aguda. Na Europa, como depois nos Estados Unidos, a própria pro-

dução, na medida do seu desenvolvimento, foi criando o seu mercado. Na primeira fase do capitalismo, a lei de Say é perfeitamente justa; e não foi sem razão que ela se implantou tão sólidamente no terreno da teoria econômica até época recente. Ora isso não ocorreu no Brasil: o mercado, por ser externo (o interno, como vimos, era e é ainda função do externo) sempre independeu da produção; esta portanto não podia influir nêle, no sentido que aqui nos interessa.

Por todos êsses motivos, a afirmação de que a atividade produtiva e o estado geral da economia brasileira são função do mercado, adquire um grande e particular sentido concreto. Deixa de ser a aparente tautologia que à primeira vista se afigura. A produção e o nível das atividades produtivas são efeito, não causa; e não há, em sentido contrário, ação apreciável; isto é, não constitui a produção e seu nível um fator ponderável, no essencial da economia brasileira, de estimulação econômica. Isso é exato mesmo para a situação criada no Brasil em sua última fase histórica, quando se formou no país, ou começou a se formar um rudimento de mercado interno apreciável; e é exato ainda no que diz respeito a êsse próprio mercado interno e às atividades que a êle se destinam. A razão é que apesar de tôdas as transformações ocorridas, elas ainda não foram suficientes para deslocarem do mercado externo os fatores essenciais da conjuntura brasileira. O mercado externo continua sendo

a base essencial de nossa economia; e o próprio mercado interno é função dêle. Essa situação cria aliás uma situação complexa nas relações entre produção e mercado, pois se de uma parte o alargamento do mercado externo estimula o interno, e por conseguinte a produção indígena que para êle se destina, doutra também favorece as importações que se farão muitas vezes em detrimento e prejuízo daquela produção. É o que ocorreu entre outros e de maneira flagrante nos anos que precederam a grande depressão de 1930 quando a alta conjuntura da exportação cafeeira determinou grave situação para setores importantes da produção brasileira, como em particular na indústria têxtil. Isso nos lembra mais uma vez que no processo econômico de países do nosso tipo entram variáveis que não se costumam ordinariamente considerar na teoria ortodoxa da Economia Política. Não é contudo essa a oportunidade própria para discutir o assunto mais a fundo.

Em conclusão, é no problema do mercado que em respeito à constante da economia brasileira que vimos acima, é aí que se há de acentuar em primeiro lugar a atenção da política econômica do país. Assim tem sido aliás desde sempre; só que até hoje e nos termos conservadores do sistema colonial dominante entre nós, aquêle problema tem sido o do mercado externo. Tratando-se agora da transformação do sistema, mas necessariamente a partir dêle e do legado que apresenta, e respeitando por

Política deve ser
em função do
mercado
interno

consequente as premissas que êle estabelece, é ainda do problema do mercado, mas dessa vez do interno, que se deve partir. Qualquer política econômica que pretenda realizar modificações substanciais da estrutura econômica do Brasil, há de abordar a questão pelo ângulo da organização daquele mercado, que evidentemente existe, tanto efetiva como sobretudo potencialmente, em proporções que são suficientes, como vimos, para abrirem perspectivas amplas à política de construção de uma economia verdadeiramente nacional. Quanto ao que diz respeito à produção, isso deverá ser considerado em função daquela organização do mercado. Trata-se de uma questão complementar que não se propõe por si, e muito menos isoladamente como se faz tantas vezes. Mais precisamente, uma tal posição do problema se exprime generalizadamente pela norma de estruturar o mercado — isto é, mobilizá-lo e o organizar — para a produção existente e desde logo possível no país; e como contrapartida também organizar e orientar a produção para o mercado existente e potencial que ofereça perspectivas de maior alcance e projeção futura. Isso poderá soar, assim de momento, como chuva no molhado. Pôsto contudo em termos práticos e em função específica das diferentes situações concretas que se apresentam, muda bastante de figura. Para comprová-lo, começarei examinando o caso da política açucareira, que constitui sem dúvida a iniciativa de maior envergadura, considerada sua importân-

etc

cia, alcance e continuidade, da intervenção oficial nos fatos de nossa economia. Encontraremos aqui uma ilustração do que se pode, do que se deve e também do que não se deve fazer em face da política acima preconizada.

A produção do açúcar, como se sabe, foi sempre e ainda é o esteio econômico de uma grande região brasileira, o Nordeste. Essa produção, organizada originariamente em função do mercado externo, e tendo perdido êsse mercado praticamente por completo há bastante tempo, encontrou um substituto dêle no sul do país, e particularmente em S. Paulo. Isso permitiu ao Nordeste sobreviver. Por seu lado S. Paulo, e graças a essa sobrevivência, assegurou para sua produção um mercado, modesto embora, mas com alguma significação; e sobretudo com perspectiva futura. Temos aqui uma instância concreta daquela complementariedade a que me referi acima de mercado-produção e produção-mercado simultaneamente em dois pólos situados no interior do país e articulando-se num sistema de conjunto.

Vejamos como se portou a nossa política econômica em face de tal situação. Englobo aqui tanto a ação oficial como a iniciativa particular desenvolvendo-se em função do livre jôgo dos fatores naturais e na medida em que tal política fêz êsse livre jôgo possível. Os altos custos da primitiva produção açucareira do Nordeste, agravados ainda com a distância do mercado, permitiram e estimu-

laram o desenvolvimento da produção nas proximidades desse mercado. A concorrência, sobretudo de S. Paulo, tornou-se ameaçadora para o Nordeste; e resolveu-se a situação com a limitação da produção e fixação de preços em nível que assegurasse a produção nordestina. Mas como tudo isso se fez com o único objetivo de garantir a sobrevivência dos produtores nordestinos diante da situação de fato criada pela produção do sul, e não se tratou de considerar o problema num plano mais amplo e geral, não podia haver, como de fato nunca houve e não há ainda um critério adequado para a distribuição das quotas de produção; e ficou-se em arranjos e ajustamentos empíricos; ou o que é pior ainda, ditados por interesses políticos ocasionais. E como resultado de tudo isso, temos: o consumidor prejudicado por preços acima daquilo que deveriam e poderiam ser; usinas produzindo abaixo de sua capacidade, e portanto desperdício de forças produtivas; desvio de iniciativas, esforços e recursos no sul, e particularmente em S. Paulo, de outras atividades mais necessárias e interessantes que essa de se empenhar numa concorrência que representa, para o conjunto do país, unicamente uma perda de energias. É de notar que não foi evidentemente por sobra de forças produtivas em S. Paulo que o Estado se lançou na produção açucareira, uma vez que existe aqui, em geral, falta de mão-de-obra, que é suprida em boa parte precisamente por trabalhadores do próprio Nordeste. Pa-

rece pelo menos paradoxal isso de trazer produtores de açúcar de uma região para fazê-los produzir açúcar em outra ... E tudo isso que significa na realidade um debilitamento da economia brasileira considerada em conjunto (note-se que muito mais poderia ser dito), tem servido apenas para manter no Nordeste uma vida econômica precária, aleatória, de nível muito baixo e permanentemente sob ameaça de um colapso.

Não é minha intenção discutir aqui o problema da produção e da política açucareiras, mas apenas mostrar como se encaminham as coisas quando não se marcha no sentido que os fatos indicam tomando em consideração o conjunto e todos os aspectos de tais fatos. O objetivo declarado da política açucareira foi e é a de assegurar a sobrevivência do Nordeste. Mas essa formulação é incompleta e não toma em consideração o que se apresenta em face do conjunto da situação nacional, e que seria o desenvolvimento da complementariedade orgânica e ajustamento recíproco das diferentes partes da economia brasileira, a saber, o binômio mercado-produção em ambos os pólos, o Nordeste e o Sul; o que significaria aparelhar eficientemente a produção nordestina, bem como os transportes dessa fonte para o mercado do Sul, desenvolvendo em contrapartida neste último setor uma produção adequada às necessidades do Nordeste — o que aliás não seria novidade. Reconheço que isso é muito esquemático, mas deve servir apenas para suscitar uma linha

de pensamento bastante simples e que não há necessidade de desenvolver aqui. Essa complementação da política açucareira não foi geralmente lembrada, e ficou-se unicamente na questão da “sobrevivência” do Nordeste; o que pôsto nesses termos de natureza mais caritativa que econômica, e por isso falha de critérios científicos, acabou transformando-se em simples pretexto sentimental para justificar a manutenção dos lucros de uma indústria obsoleta do Nordeste e os superlucros dos usineiros melhor aparelhados; bem como para alimentar a cobiça de lucros ainda maiores de um punhado de homens de negócio de S. Paulo.

É nisso que deu em última instância a incompreensão (pois outra explicação não têm os resultados que se observam) de uma política que deveria ser de complementação orgânica e interna da economia brasileira pelo ajustamento adequado de mercados e produções; e num plano amplo e de conjunto inspirado no objetivo de uma verdadeira transformação econômica do país. Por falta de uma visão total do problema, desorientaram-se os esforços; e comprometeu-se seriamente, e não sei se irreparavelmente, uma das melhores perspectivas que se ofereciam para se estruturar nacionalmente a economia brasileira. Tornar clara aquela visão pela expressão dela numa norma geral, tem pois um sentido muito concreto. A complementação orgânica da economia brasileira apresenta-se em muitos casos como um fato cujos esboços já cons-

tituem realidades que apontam na direção daquela norma. Para se aproveitarem as perspectivas de tais realidades, há portanto que lhes dar expressão; e a norma que daí resulta, não perderá por sua evidência, nada da importância que tem. Antes pelo contrário.

Isso é tanto mais verdade que o caso do açúcar ameaça repetir-se, sem que se ouça nenhum protesto ou restrição, noutro setor que é o da produção da borracha. Em face das deficiências da produção amazônica, há quem proponha, e outros que aplaudem e apoiam a iniciativa de introduzir-se a seringueira em S. Paulo. Trata-se aliás de velho projeto (acredito que lembrado originariamente por Pereira Barreto), que agora ressurgue com o desenvolvimento da indústria paulista de artefatos de borracha. Há quarenta anos pelo menos, a Secretaria da Agricultura de S. Paulo vem estudando a aclimação da seringueira no Estado, e parece que seu trabalho não foi perdido, pois já há fazendeiros, segundo se noticia, que estão recebendo mudas e tratando de formar os primeiros seringais paulistas. Provavelmente para cuidar deles trarão os seringueiros do Amazonas...

Não se vê também o arroz gaúcho procurando desbancar, no mercado paulista, a produção local e dos Estados vizinhos, como se outros não pudessem ser os empreendimentos do Rio Grande do Sul? Sente-se em tudo isso o estímulo do mercado, e o papel que representa na economia brasileira. Mas

por isso mesmo, e pela fraqueza dêsse estímulo (dado o baixo nível aquisitivo da população brasileira), há que poupá-lo e o dirigir convenientemente; e não dispersar e desperdiçar seus impulsos em empreendimentos que vão mais tarde desesperar-se em desenfreada concorrência num mercado restrito e acanhado, enquanto fora dêle permanecem mil necessidades potenciais mal atendidas a que se poderiam dedicar aquêles empreendimentos.

Uma política de mercados ainda precisa partir de algo concreto e presente, isto é, de mercados efetivos que sejam pontos de apoio para o início do processo que do mercado e estímulo que êste proporciona, determinará a produção; produção essa que por seu turno determinará a formação de um novo mercado ou alargamento do existente. Esse processo contudo já se encontra em andamento na economia brasileira, e mesmo apresenta certos índices apreciáveis, como aliás foi notado anteriormente quando me ocupei dos fatores que esboçam a eventual transformação do nosso sistema colonial. Nem essa transformação se poderia considerar madura se tal não fôsse o caso. Mas o que falta ainda é uma perfeita e sobretudo generalizada consciência do fato, e uma norma de ação plenamente aceita que seja capaz de regularizar e estimular aquêl processo a fim de levá-lo a bom termo, o que constituirá então a transformação de nossa economia. Abandonado a si mesmo, e contrariado, como será

inevitável, por uma política conservadora do atual sistema que não considera sèriamente outras perspectivas; ou simplesmente desorientado pela incompreensão de sua eventual projeção futura e do que de fecundo nêle se contém, tal processo se perderá em grande parte em divagações frustradas; e será não raro neutralizado, como tantas vèzes se tem verificado.

Sem entrar em pormenores, porque não pretendo evidentemente trazer para cá um plano mas unicamente uma sugestão; e considerando apenas os traços mais gerais e fundamentais da estrutura econômica atual do Brasil no que respeita à distribuição de seus mercados e atividades produtivas, vejamos como se delinearía uma política de complementação e ajustamento das peças de nosso mecanismo econômico. O que será necessariamente esquemático, uma vez que nesse terreno de que nos ocupamos, as ações e reações, as causas e os efeitos se cruzam e entrecruzam incessantemente, convertendo-se no oposto e baralhando-se em inextricáveis conjuntos. Com essa ressalva, consideremos o assunto, em primeiro lugar, sob o aspecto regional, isto é, da distribuição geográfica daquelas peças econômicas. Encontramos aí, como feição mais saliente de nossos dias, a posição de S. Paulo com seu amplo mercado (em termos relativos, naturalmente). Esse mercado tem sido, mas deve tornar-se cada vez mais o grande estímulo das atividades produtivas de todo o resto do país. Para isso é preci-

so considerar muito atentamente a evolução e desenvolvimento da produção paulista no sentido, em primeiro lugar, de evitar quanto possível a concorrência, na produção primária, com outras regiões do país. Os recursos paulistas, o grau de diversificação tanto de suas atividades como de seu consumo, bem como suas possibilidades são tais em confronto com as demais partes do Brasil que há grande margem nesse terreno para uma política que não signifique sacrifícios reais para a economia do Estado. Nesta matéria, devemos considerar particularmente que se estamos permanentemente deslocando forças de trabalho do resto do país para S. Paulo, a fim de as aproveitarmos aqui, poderíamos muito bem deixá-las onde estão e dar-lhes lá uma oportunidade igual à que teriam em S. Paulo, organizando localmente atividades pela iniciativa, se necessário fôr, dos próprios empreendimentos paulistas. Isso reverteria afinal no próprio benefício de S. Paulo, que estaria com isso ampliando suas futuras perspectivas mercantis. No entretanto, é o contrário que em geral se observa; isto é, o afluxo dos poucos recursos e das iniciativas do Norte para o Sul, sobretudo para a Capital Federal; e o que é mais grave, invertendo-se freqüentemente em edificações urbanas suntuárias.

Além dessa distribuição de atividades produtivas entre S. Paulo e o resto do país, será preciso orientar as do primeiro no sentido de absorverem as matérias-primas que possam ser produzidas em

outras partes. Já encontramos isso no caso da borracha, produzida na Amazônia e empregada na indústria paulista. Observa-se a mesma coisa no caso da juta, devendo-se notar que aí são grupos industriais paulistas que estão fomentando a cultura daquela fibra no Pará. Esses são apenas exemplos esparsos do que existe nesse setor, e que poderiam ser multiplicados por uma política orientada deliberadamente em tal sentido. Em suma, o que se visa é estimular com o mercado sulista, e o de S. Paulo em particular, as atividades produtivas do resto do país. É preciso lembrar aqui as perspectivas que oferece uma devida orientação do consumo. Está longe o tempo em que a única ou principal palavra, nesse assunto, cabia aos próprios consumidores. O comércio dispõe hoje de recursos amplos; e em primeiro lugar da propaganda e boa organização de vendas, para fazer da voz do vendedor um fato tão importante e não raro mais importante que a do comprador. Isso já hoje é um fato de que sofremos permanentemente as consequências, como consumidores, sem mesmo o percebermos. Acontece todavia que entre nós, as vozes que se fazem mais ouvir e têm mais ressonância no mercado brasileiro vêm de outros quadrantes... Apenas para comprovar a afirmativa, lembarei ao acaso o exemplo das bebidas em que a grande aceitação de muitos produtos de origem ou marca estrangeira não tem outra explicação senão a propaganda e as facilidades que oferecem ao con-

sumidor através de um bom aparelhamento de vendas. Estou seguro que é possível mobilizar muitas atividades produtivas brasileiras mais ou menos estagnadas por uma conveniente orientação do consumo nos mercados brasileiros de maior expressão.

Tudo isso que foi afirmado na base do binômio mercantil representado por S. Paulo e o resto do Brasil, aplica-se, na devida proporção, a outros circuitos comerciais mais restritos e localizados; e aos mercados em geral do país, maiores ou menores. Em suma, o que se propõe é uma intensificação de relações comerciais interiores na base de artigos brasileiros ou com grande participação da produção brasileira. O que há a fazer nesse setor é imenso, considerando como são rudimentares e acanhados ainda os nossos métodos comerciais, desde o estabelecimento de contactos, até o aparelhamento financeiro através de que produtores e consumidores liquidam suas contas. Nesse capítulo entra a questão de transportes, onde para não me alongar mais lembrarei apenas o papel que teria o tão necessário reaparelhamento e extensão de nossas vias de comunicação no sentido de estimular atividades produtivas, e industriais em particular, necessárias para a realização de tal reaparelhamento. Não se veria mais, pelo menos, o espetáculo paradoxal de um país de ferrovias em petição de miséria, em sua maioria, com a indústria de material ferroviário semiparalisado muitas vezes por falta de compradores de seus produtos...

Além dêsse aspecto regional do problema de complementação e ajustamento entre si das diferentes partes do mecanismo econômico brasileiro (*mercado de uma parte, atividades produtivas de outra*), consideremos, também sumariamente e só a título de exemplificação, aquêlo ajustamento no plano das relações entre diferentes tipos de atividades produtivas, em particular a produção primária e a indústria de transformação, sob o aspecto do estímulo ao consumo que reciprocamente determinam um sobre o outro, e portanto no desenvolvimento do mercado em geral. Nesse assunto, trata-se em primeiro lugar de orientar a indústria de transformação no sentido do aproveitamento ao máximo da produção primária de origem nacional. Já toquei nesse ponto, acima, porque essa divisão de trabalho se estabelece em boa parte numa base regional; e tratava-se então da indústria sulina, e da paulista em particular, orientar-se para a utilização de matérias-primas originárias de outras partes do Brasil. A questão aqui não se cinge todavia a isso apenas, pois o que tenho em vista é inclusive a criação e desenvolvimento de indústrias específicas que consumam produtos primários brasileiros ainda mal aproveitados ou praticamente inaproveitados entre nós. No setor da alimentação sobretudo, há um amplo terreno para isso. Alguma coisa já se faz aí com a produção de conservas, mas isso se encontra ainda no plano de especia-

lidades suntuárias, o que não se justifica em face do papel que pode representar e representa efetivamente em outros lugares o consumo desse tipo de alimentos; o que tem do ponto de vista econômico e da indústria um papel considerável.

Em outros setores ainda encontram-se perspectivas de melhor aproveitamento industrial de matérias-primas brasileiras, como no das fibras. Que dizer então de produtos primários que exportamos e para cuja transformação poderíamos nos aparelhar nós mesmos, como se dá com os derivados do babaçu e da carnaúba, entre outros? É certo que um programa como esse de melhor aproveitamento industrial da produção primária brasileira envolve muitas vezes problemas complexos, tanto de ordem técnica, como comercial; como sejam de pesquisa e ciência aplicada, de criação de novos hábitos e preferências de consumo, etc. Está claro todavia que uma transformação real e fecunda de nossa vida econômica (e é disso em última instância que se trata) não irá sem os tropeços e as dificuldades que encontraram todos os povos ao construir sua economia própria. Intervém aí uma questão psicológica de atitude em frente às coisas do país, um nacionalismo no bom sentido de concentrar as atenções na criação de uma cultura tanto intelectual como material propriamente brasileira. É disso que fundamentalmente precisamos, pois o resto virá por si mesmo: somos seres racionais como outras raças e nacionalidades quaisquer.

Acrescente-se àquele consumo da indústria propriamente que considere acima, o individual das pessoas nela engajadas, direta ou indiretamente, desde os produtores, até aquelas que giram na órbita industrial e mais ou menos próximas dela — o comércio em particular. A população urbana, em suma, que na sua maior parte é função da indústria. Aqui também encontra-se nas atuais condições do Brasil, e se encontrará cada vez mais, um amplo mercado potencial inexplorado ou mal explorado, capaz de oferecer um estímulo considerável à produção primária, particularmente à de gêneros alimentícios. Esse problema da produção de alimentos que se apresenta sob aspectos tão graves em nossos dias, dada a insuficiência do abastecimento dos centros urbanos de maior importância, é em geral considerado sobretudo sob esse aspecto precisamente do “abastecimento.” Há contudo o seu outro aspecto que é o do estímulo potencial que aí encontramos para as atividades agropecuárias. Parece-me aliás esse o mais importante porque mais geral e oferecendo desde logo perspectivas para a solução do duplo problema que no caso se apresenta: de um lado aquê abastecimento (que é o que sobretudo tem preocupado); e doutro, o do impulso a atividades agropecuárias, e o que isso representa como fator de vivificação e revitalização econômica de populações e áreas rurais de baixo nível. Visualizada por essa forma, a questão do

abastecimento alimentar dos centros urbanos se propõe essencialmente como problema de organização e estruturação da produção agropecuária, o que além das medidas em que ordinariamente se pensa em função só do aspecto "abastecimento" (e que são o transporte, e às vezes fixação de preços mínimos e financiamento a curto prazo da produção — plantio, trato, colheita), impõe também a de proporcionar aos eventuais produtores condições favoráveis que lhes permitam iniciar e desenvolver suas atividades; como entre outras, financiamento a longo prazo do capital necessário para a aquisição do aparelhamento agrícola (instrumentos, máquinas, construções, benfeitorias em geral), e sobretudo meios para a aquisição de terra.

Nesse último ponto desembocamos na questão muito mais ampla da estrutura econômico-social do campo brasileiro que tem na sua base a atual distribuição da propriedade fundiária. Não me engajarei aqui no assunto porque êle demandaria uma nova tese. Limito-me a assinalar, para ficar dentro da ordem de idéias em que me encontro, que é sem dúvida à presente estrutura do campo brasileiro e grande concentração da propriedade fundiária que se deve em boa parte o baixo índice econômico e de consumo dessa grande parcela da população que vive na roça; e portanto as limitações do mercado brasileiro em geral. O problema de que centralmente me ocupo e que é o de uma polí-

tica de desenvolvimento do mercado interno como premissa principal da transformação econômica do Brasil encontra assim na distribuição da propriedade fundiária um de seus principais aspectos. E êle é tanto mais importante no caso que será impossível qualquer ativação da produção agrícola em proporções apreciáveis e com o grau de diversificação que se faz mister, sem que antes se torne a propriedade rural mais acessível à massa da população brasileira, mobilizando-se com isso as iniciativas naquele setor. Enquanto as maiores e sobretudo melhores extensões de terra, sejam pela sua qualidade, sejam pela sua localização, estiverem concentradas em grandes propriedades, perder-se-á a maior parte daquelas iniciativas. A grande propriedade agrária, em regra geral — e isso é uma constante de nossa história, explicando-se facilmente no campo da teoria — dificilmente se afasta dos limites da monocultura extensiva, e particularmente da monocultura destinada à exportação. E ao mesmo tempo que se mostra assim incapaz de evoluir para uma agropecuária diversificada e de alto nível, e mesmo só excepcionalmente e em raros setores apresenta índices econômicos apreciáveis quando não está produzindo para a exportação, embaraça e entrava outras iniciativas que encontram nesse verdadeiro monopólio da terra um obstáculo geralmente intransponível. A grande propriedade oferece uma resistência enorme a seu fraccionamento; e defende-se com os altos preços

relativos da terra. São uma prova disso as enormes extensões fundiárias que encontramos no Brasil, mesmo em excelente localização (como aqui em S. Paulo nos próprios arredores da Capital), jazeando inteiramente ao abandono, mas valendo altos preços — altos em todo caso relativamente aos recursos dos possíveis e eventuais pretendentes a um estabelecimento agropecuário. A facilitação do acesso da massa da população rural brasileira à propriedade fundiária é uma das premissas essenciais, se não a essencial da transformação econômica do campo brasileiro, tanto no que diz respeito à intensificação e diversificação das atividades produtivas (para o que já existe o estímulo oferecido pelo mercado urbano), como à correlata extensão do consumo, o que significa extensão do mercado para as indústrias, tanto de manufaturas de consumo imediato, como de instrumentos e equipamento de produção agrícola.

Apresenta-se aqui uma das maiores perspectivas de desenvolvimento industrial brasileiro, a saber, o estímulo que lhe pode proporcionar um programa de aparelhamento técnico adequado da nossa agropecuária; programa esse que se proporá logo que o campo brasileiro oferecer condições econômico-sociais satisfatórias para um tal desenvolvimento técnico; o que está condicionado, em primeiro lugar, pela reforma agrária já referida. Noutros setores também aparecem possibilidades desse tipo de industrialização orientada para o de-

envolvimento técnico do país, como no setor dos transportes. Já toquei nesse ponto, assinalando a tão conhecida insuficiência da maioria de nossas estradas de ferro; a que podemos acrescentar a de nossa frota comercial marítima (e também fluvial), bem como do aparelhamento portuário. Nesses setores, e com raras exceções, o que se observa é o desgaste progressivo das instalações e aparelhamento iniciais, sem a substituição paralela e na medida desse desgaste, deixando-se as coisas chegarem a extremos em que a única solução é uma reposição total; o que geralmente é impossível realizar, ou somente se pode fazer apelando para recursos estrangeiros — como aliás está acontecendo presentemente em alguns setores do nosso transporte que em geral interessam muito mais aquêles que nos vêm ajudar que a nós mesmos. Isso ocorre em grande parte porque paralelamente ao desenvolvimento de nossos transportes ferroviários e marítimos não se cuidou seriamente de impulsionar um aparelhamento industrial capaz de atender às necessidades que aquele desenvolvimento iria exigir. Não se foi além, ou foi-se muito pouco além das oficinas de reparação. E quando se propõe agudamente, como é hoje o caso (aliás já há tempos) a questão do reaparelhamento, os rudimentos de indústria que possuímos são incapazes de atender a necessidades que cresceram demais. Nesse caso, o “mercado” potencial é excessivamente grande, e é como se não existisse para nossa produção.

São essas situações (que ocorrem freqüentemente nos diferentes setores da economia brasileira), que é preciso evitar. Devemos estar sempre atentos para eventuais mercados, mesmo quando êles apenas se esboçam; e planejarmos então as atividades produtivas para que se desenvolvam paralelamente a êles, capacitando-se progressivamente para atenderem às necessidades de tais mercados. É isso que ocorreu em todos os países industrializados; nêles contudo, os fatos se desenvolveram de maneira mais espontânea; isso porque não havia outro recurso. No Brasil, e sob êsse aspecto infelizmente, temos sempre o recurso ao auxílio estrangeiro, o que enfraquece a iniciativa espontânea a que faltam em regra perspectiva ampla e visão de conjunto. Ela só desperta para o imediato e já nitidamente configurado; mas em muitos casos como o acima lembrado, isso somente ocorre em extremos onde então tal iniciativa não conta com recursos suficientes.

Em suma — e essa conclusão vai-me servir para o conjunto do que tenho dito a propósito da nossa política de mercados — o que se propõe sempre, ou deve propor-se a uma política que vise a transformação efetiva da economia brasileira e seu progresso em novos moldes que atendam realmente às necessidades do país e da grande maioria de sua população, é a questão dos mercados internos aproveitáveis, tanto os efetivos e já existentes, como os potenciais e em perspectiva; e orientar então as ati-

vidades produtivas, em planos amplos e de conjunto, para que elas se alertem para tais mercados e possam aproveitar-se do estímulo que êles proporcionam ou são suscetíveis de proporcionar. Tal é a condição básica e essencial para o desenvolvimento e impulso da economia brasileira por novos caminhos que não sejam os mesmos que vimos palmilhando há mais de quatro séculos e que são os de uma economia colonial que se mantém e progride em função unicamente de estímulos vindos do exterior e de fatores inteiramente fora do seu alcance.

Repito que não foi meu objetivo aqui traçar um programa para a política de mercados a que me referi. O que foi apresentado são apenas indicações esquemáticas e exemplos mais ou menos coordenados que pretendem unicamente oferecer alguns aspectos concretos daquela política. Penso ter dado uma idéia dela, e em que consiste; bem como ter suficientemente esclarecido que nas circunstâncias atuais da economia brasileira, qualquer modificação substancial da sua linha de evolução depende principalmente do deslocamento da base em que ela ainda assenta, e que é o mercado externo, para o mercado interno. Nessas condições, trata-se de organizar êsse mercado, pois falta-lhe ainda estrutura suficiente e substância; e tê-lo constantemente em vista na planificação e orientação de qualquer política econômica. Isso é o essencial de minha análise acima. Não pretendo com isso dizer que devemos aspirar a uma auto-su-

ficiência econômica e isolamento comercial, o que em qualquer circunstância do mundo moderno constitui uma utopia; e que no nosso caso em particular não é nem imaginável. Temos que contar com o existente, e dêle partirmos na realização de qualquer política econômica. E êsse existente ainda é o sistema colonial. Em outras palavras, e repito-o aqui mais uma vez, a economia brasileira assenta na produção primária e exportação. Tudo mais, direta ou indiretamente, deriva daí. Não podemos eliminar essa circunstância essencial e fundamental por um passe de mágica; e pelo contrário, somos obrigados a contar com ela e nela nos apoiarmos, inclusive para a excluirmos. Em outras palavras, para transformarmos o sistema colonial da nossa economia em outro sistema, nacional em sua essência e que seja a oposição e negação daquele primeiro, é ainda com o mesmo sistema colonial que o realizaremos. Assim, longe de propor a revogação por decreto do sistema colonial, é com êle que o Brasil conta e tem de contar para se dirigir em sentido contrário a êle. O que em termos concretos se propõe como a utilização da melhor maneira possível daquele sistema e das oportunidades que êle oferece. Em outras palavras e mais precisamente, trata-se de cuidar com a maior atenção do movimento de nossas transações externas, tirando delas o máximo e necessário proveito para que elas representem cada vez com menos destaque o papel de fulcro da economia brasileira que atualmente constituem.

Isso se traduz praticamente na política que já vimos seguindo há muito tempo e forçados pelos acontecimentos, de economia e parcimônia de divisas. Mas é preciso que o façamos não apenas por constrangimento, e prevendo sempre futuras situações mais folgadas; e sim como algo de irremovível e definitivo que nos aponta em outra direção que é o da libertação definitiva daquelas contingências do sistema colonial. Economia de divisas deve ser considerada como forma de melhor aproveitamento delas para estruturarmos a economia brasileira em bases nacionais; isto é, para reduzirmos nossas necessidades naquilo em que dependem de importações e gastos no exterior em geral, ao estritamente exigido para o assentamento daquelas bases. Assim considerado o assunto, iluminam-se com nova luz todos os aspectos e rumos da nossa política econômica, pois não se tratará mais simplesmente, como até agora, de vacilar e oscilar entre importações ou produção interna, conforme a conjuntura dos mercados exteriores, e de considerar sempre em primeiro lugar aquilo que podemos vender para o exterior e que dêle podemos adquirir para satisfazer nossas necessidades imediatas; e sim de ter sempre pela frente o objetivo de construir no Brasil uma nova estrutura econômica que em tôdas suas partes se harmonize para a realização do fim a que realmente se deve destinar: produzir para a satisfação das necessidades dos indivíduos que dela participam e a fazem funcionar.